



Projeto Fiscais e Meirinhos na base MAPA/SIAN

Nota Técnica

O programa de pesquisa Memória da Administração Pública Brasileira – MAPA concluiu o projeto de adaptação e transposição dos órgãos e cargos da administração colonial, que constituíram o livro *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*, para o formato da base de dados acessível pelo SIAN. Na adaptação do conteúdo da obra à planilha, procuramos manter os princípios metodológicos que nortearam a realização de *Fiscais e meirinhos*, tendo sido necessários alguns ajustes já que o material daquela publicação não foi pensado para ser apresentado em uma base de dados. Em virtude deste projeto, incluímos na base MAPA as organizações de caráter militar, as instâncias de poder local, como as câmaras municipais, e os órgãos da esfera eclesiástica, como o Auditório Eclesiástico.

Uma primeira mudança foi recompor os órgãos da estrutura colonial brasileira, uma vez que o livro *Fiscais e meirinhos* apresentou uma relação sistemática dos cargos dentro de recortes cronológicos estabelecidos (fases), que compunham cada uma das áreas administrativas da organização colonial: governo, justiça, fazenda, defesa e igreja (temas). Na base de dados, a entrada se dá pela unidade administrativa e os cargos são apresentados isoladamente apenas quando não estão integrados a nenhum órgão, como é o caso do governador-geral, dos capitães e governadores de capitania, e do fiel.

Nesse trabalho de transposição do conteúdo do livro para a base de dados, procuramos, ainda, identificar, sempre que possível, a relação hierárquica e de sucessão entre os cargos e órgãos existentes no período, informações que não constaram de *Fiscais e meirinhos*. Outra novidade é que, ao contrário daquela obra, em que se apresentou uma síntese das atribuições dos cargos dispostas na legislação, optamos por reproduzir os regimentos quase na íntegra, preservando todas as competências e respeitando a singularidade e as nuances de cada ato, mantendo a forma original dos

textos e atualizando somente a ortografia. Excluimos apenas os trechos que não se referiam especificamente às competências do órgão/cargo em questão e as passagens que se repetiam em sucessivos atos legais, o que era bastante comum, evitando repetir informação e indicando sempre quando havia a supressão de parte do documento original.

Para reproduzir os atos oficiais que organizaram o funcionamento dos órgãos e cargos na colônia, seguimos o levantamento arrolado no livro *Fiscais e meirinhos*, tendo sido utilizadas nesta tarefa, principalmente, compilações de documentos que já se tornaram clássicas, como a de Marcos Carneiro de Mendonça, Vicente Tapajós e Antonio Delgado da Silva. Em outros casos, como se tratava de documentos não publicados, foi necessário fazer a transcrição e atualizar o texto, como o regimento para o provedor-mor da Fazenda do Estado do Brasil, de 30 de outubro de 1752, e o regimento do provedor e escrivão do registro da vila de Parati, de 9 de novembro de 1726.

Com a conclusão deste projeto, a base MAPA torna amplamente acessíveis, via *web*, ao Arquivo Nacional, entidades públicas e pesquisadores, informações sobre a estrutura administrativa de todo o período colonial brasileiro.

Programa de pesquisa Memória da Administração Pública Brasileira – MAPA

Coordenação-Geral de Gestão de Documentos – COGED